



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639123 - PR (2021/0004769-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : MATHEUS VITOR POMPEU SANTANA
ADVOGADO : MATHEUS VITOR POMPEU SANTANA - PR103134
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : JOSE DONIZETTE DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOSE DONIZETTE DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (HC n. 0070072-93.2020.8.16.0000).

A paciente teve a prisão em flagrante convertida em preventiva em razão do suposto cometimento dos delitos previstos nos arts. 33 da Lei n. 11.343/2006 e 12 da Lei n. 10.826/2003.

O impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal, porquanto ausentes os requisitos da prisão preventiva, bem como ausente fundamentação concreta e idônea à segregação. Acresce alegação de que a prisão está fundada em ato ilegal, ante a inviolabilidade de domicílio do paciente.

Narra sobre as condições favoráveis do paciente e sua presunção de inocência, para após aduzir sobre a viabilidade de implementação de medidas cautelares diversas da prisão.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que o paciente responda ao processo em liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão diante da existência de decisão devidamente fundamentada.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente